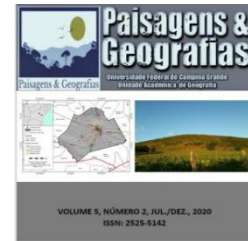




ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS
& GEOGRAFIAS

*Landscapes &
Geographies Journal*



AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Yago Gomes Bernardino¹

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande.

RESUMO

O racismo se apresenta de forma visível ou mesmo invisível nos espaços e nas vidas de sujeitos postos em condições precárias pela sociedade hegemônica que estruturou as regras e padrões institucionais para serem seguidas. Na busca de contribuir para discussões raciais na ciência geográfica, e visibilizar que o racismo ainda é um grande problema em nossa sociedade e pode se apresentar até mesmo de forma sutil, buscamos compreender as territorialidades negras no espaço acadêmico, em específico estudantes negras e negros do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande. Essas territorialidades vivenciam uma violência e exclusão epistêmica dentro dessa universidade. Foi percebido que o racismo que violenta e exclui as territorialidades negras se torna presente para além do Centro de Humanidades.

Palavras-Chave: Racismo. Territorialidades. Espaço Acadêmico. Violência. Exclusão.

ABSTRACT

Racism is visible or even invisible in the spaces and lives of subjects placed in precarious conditions by the hegemonic society that structured the rules and institutional standards to be followed. In the quest to contribute to racial discussions in geographic science, and to make visible that racism is still a major problem in our society and can even be presented subtly, we seek to understand black territorialities in the academic space, in particular black and black students from the Humanities Center of the Federal University of Campina Grande. These territorialities experience epistemic violence and exclusion within this university. It was noticed that the racism that violates and excludes black territorialities becomes present beyond the Humanities Center.

Keywords: Racism. Territorialities. Academic space. Violence. Exclusion.

1. INTRODUÇÃO

Buscar uma compreensão sobre as contradições do espaço pode ser um mergulho na complexidade do que o concretiza, das relações de poder que nele existe, em suas lacunas, na (re)produção de uma geografia questionável. Na trajetória para uma compreensão de uma determinada escala do espaço podemos ter nitidez da perversidade das consequências de quando a produção do espaço é arquitetada pela burguesia, inserindo no limite de sua estrutura grupos sociais da classe trabalhadora.

Considera-se ser necessário um olhar sincero da realidade para conhecer e apontar as contradições enraizadas no espaço. Para Santos *et. al.* (2000, p.105)

A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade), e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história e os mútuos condicionamentos entretecidos com os movimentos da história.

Conforme Santos. (2006) “[...]O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” e mais à frente o autor continua a reflexão:

[...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Ibid. p. 39).

É indissociável a compreensão da política de ações afirmativas às pessoas negras do sistema escravagista que se instalou no período colonial no Brasil e utilizou da força de produção da população escravizada para executar o projeto de modernidade da burguesia, que segundo Mbembe (2014) “O nascimento da questão raça – e, portanto, do Negro – está ligado à história do capitalismo. [...] Poder predador, poder autoritário e poder polarizador, o capitalismo precisou sempre de subsídios raciais para explorar os recursos do planeta” (p.299).

Uma das consequências da expansão do capitalismo que utilizou da mão de obra escrava foi o afastamento do grupo social negro e outras minorias como povos indígenas dos espaços de poder, como por exemplo, das instituições de ensino superior e pesquisa, que no Brasil foram construídas e estruturadas no início do século séc. XIX (SCHWARCZ, 1993).

A partir da política de ações afirmativas, as territorialidades negras antes pouco expressiva no espaço acadêmico ganha maior visibilidade, portanto quais são as condições que se encontram nesse espaço que antes não as pertenciam?

O estudo teve como objetivo principal buscar compreender as territorialidades de estudantes negras e negros do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, campus sede.

Para entender essa questão buscou-se conhecer a trajetória desses estudantes na referida universidade, a identificação e apontamentos para espaços de violência e resistência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÇA, COLONIALISMO, COLONIALIDADE E O ESPAÇO ACADÊMICO

Pensar raça é adentrar um universo de conhecimento de infinitas compreensões, não sendo um assunto simples, portanto, necessário para compreender alguns processos históricos da humanidade. É possível refletir com Mbembe (2014) quando ele aponta que pensar e aprofundar a compreensão sobre raça é perturbador ao ponto de gerar um sentimento de terror, pois se faz necessário entender que essa questão é de infinitos sofrimentos e eventuais catástrofes, mas que vale ressaltar ser também de resistência. A questão racial em conjunto com a socioeconômica está interligada com as atrocidades do mundo “moderno” burguês.

Destaca-se que “[...] raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica [...]” (MBEMBE, 2014. p. 27), mas que se materializa no momento que é legitimada pelas ciências, para classificar a fauna e flora e posteriormente seres humanos. “A noção de raça permite que se representem as humanidades não europeias como se fossem um ser menor, o reflexo pobre do homem ideal de quem estavam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável” (ibid. p. 39).

Como bem fala Miskolci (2013), a burguesia brasileira não escondia o desejo do país que queriam pós “abolição” do sistema escravagista no Brasil,

[...] O desejo da nação de nossos políticos e intelectuais se constituiu historicamente por meio de uma avaliação negativa de nosso povo e de nosso passado que, progressivamente, engendrou ideais e decisões políticas que se concretizaram, por exemplo, na Abolição da escravatura sem nenhuma política de incorporação dos libertos ao mercado de trabalho, antes em uma política pró-imigração europeia, na constituição de um regime republicano autoritário que via no povo sempre um empecilho a ser embranquecido, higienizado, civilizado (MISKOLCI, 2013, p.10).

No decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 um bom exemplo dessa ideia que o ser não europeu é o ser inferior no pensamento burguês, a regulamentação da imigração no Brasil para fins trabalhistas a qual visa a proteção e auxílio aos migrantes, porém restrita a indígenas africanos e asiáticos como conferimos,

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, **dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho**, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, **exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa** que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos

de acordo com as condições que forem então estipuladas (**BRASIL, 1890**, grifos nossos).

Esse é apenas um exemplo, entre outros, que representa a forma materializada da classificação de raça visando embranquecer a sociedade brasileira, fechando o país para a raça “inferior”¹. Em 1888, foi quando houve a abolição dos escravos no território brasileiro, tal decreto se dá a um âmbito que visava desqualificar a mão de obra “ex-escrava” dentro do país,

[...] a Abolição se deu sem indenizar os ex-escravos, tampouco com qualquer política organizada de reincorporação dos negros como assalariados. Mesmo porque o fim da escravidão, no final da década de 1880, aconteceu em meio a uma crescente onda imigratória, de contratação de trabalhadores europeus e, portanto, de uma desqualificação dos ex-libertos ou mesmo do elemento nacional na criação do mercado de trabalho livre (MISKOLCI, 2013, p.15).

Segundo Mbembe (2014) “A raça é aquilo que permite identificar e definir que grupos de populações são, individualmente, portadores de traços diferenciais e mais ou menos aleatórios”. O autor exemplifica muito bem o propósito da definição de raça, e aponta que um dos únicos objetivos dessa descrição morfológica, fisiológica etc. é justificar a segregação socioespacial “[...] é fixar o mais possível os limites nos quais podem circular, determinar exatamente os espaços que podem ocupar, em suma, conduzir a circulação num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral” (p. 71).

Partindo dessa reflexão de que o objetivo da definição e classificação de raça foi um projeto para excluir sujeitos, ainda se faz presente em nossos tempos, excluindo principalmente sujeitos racializados dos espaços que abrem caminhos para dignidade e cidadania a exemplo o acesso à educação básica². Para Mbembe (2014, p. 102) “Por princípio de raça, subtende-se, aliás, a forma espectral de divisão e de diferença humana suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelos quais tenta isolar, eliminar e, até destruir fisicamente determinado grupo humano”.

Os marcadores sociais das atrocidades que ocorrem no Brasil são visíveis, acompanhadas muitas vezes pela mídia tradicional e redes sociais quase em tempo real como por exemplo chacinas nas grandes cidades ou invasão de territórios dos povos originários.

¹ “As ideologias racistas, diferentemente das marcas de giz num quadro, não podem ser apagadas, quando delas não se precisa mais. Após a abolição da escravatura o racismo não desapareceu. Em vez disso, perdurou no imaginário das pessoas e continuou a afetar as relações entre brancos e descendentes de escravos ainda substancialmente. O racismo estigmatizou as sucessivas gerações dos que haviam sido escravizados anteriormente” (VAN DEN BERGHE, 2000, p. 190).

² Segundo dados apresentados pelo IBGE (2019) sobre a desigualdade social escolar, apenas 61,8% de pessoas pretas ou pardas concluíram o ensino médio na pesquisa realizada em 2018, enquanto brancos foram 76,8%. A distribuição de renda, homicídios etc., a estatística apresentou que pessoas negras ou pardas são as mais afetadas pela desigualdade social. <Disponível em>: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf acesso: novembro, 2019.

A contínua violência que se inicia no Brasil com a invasão europeia na América no período colonial foi e ainda é um genocídio quase que naturalizado em nosso país. Na reflexão de Quijano (2005) “[...]raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (p. 108).

É através dessa invasão que o capitalismo fortalece sua estrutura, fazendo da América o principal polo não só da extração dos recursos naturais para serem comercializados dentro e fora da Europa, como também a estrondosa exploração da mão de obra dos povos negros e indígenas dentro da América. Porém, através do crescimento econômico à escala mundial no período colonial, houve uma reorganização e distribuição de trabalho no século XVIII, e as novas identidades raciais foram a base para tal “distribuição”. Pessoas negras e povos indígenas ficaram de fora do trabalho assalariado (QUIJANO, 2005, p. 109-110).

A desigualdade racial no acesso a cidadania não é recente, portanto, faz parte de um mesmo processo: a “modernização planetária”:

[...] é impossível pensar a modernidade sem colonialidade; não dá para pensar nos esplendores e nos triunfos da modernidade ocidental sem pensar na colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Essa ideia implica ver a modernidade de forma indissociável da colonialidade (CRUZ, 2017, p. 16).

E não é apenas a desigualdade racial no sentido material da coisa, essa desigualdade também está presente em nossa compreensão de mundo, como mostra Quijano:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (2005. p. 10).

A construção socio territorial brasileira é o exemplo mais próximo do que se pode citar, um país de uma arquitetura colonial ainda muito viva, estruturada pelo sangue da exclusão e violência de pessoas negras e povos originários, que a todo custo a classe dominante tentou e ainda tenta apagar suas histórias através da imposição da ideologia imperialista de progresso.

Mignolo (2008, p. 290 e 291) ressalta que a única forma para se desprender dessa visão ocidental capitalista é pensar descolonialmente, no sentido epistêmico. E ressalta que essa visão

ocidental não é no sentido do imaginário geográfico que divide o mundo em Ocidente e Oriente, e sim no sentido de uma geopolítica do conhecimento, onde o saber ocidental imperialista predomina há mais de 500 anos, em formas materializadas e subjetivas. O autor a partir de obras de Anibal Quijano publicadas em 1990 e 1992, aconselha o saber descolonial como forma de buscarmos mudanças e superarmos nossas desigualdades, e indica o movimento de desobediência epistêmica como caminho a fim de quebrar o paradigma da visão colonialista/imperialista/capitalista do mundo, que está no poder do conhecimento há séculos.

Mignolo explica que,

[...]o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sócio-política a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo - e na política de Estado de conhecimento (2008, p. 291).

Para Mignolo “A matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados” (p. 293). Mombaça (2015), expressa bem sobre o meio universitário, qual a universidade iluminista é produtora e reprodutora do pensamento colonizador, tornando-se um espaço de violência e exclusão, em que o discurso hegemônico branco predomina. Tendo reflexo nos discursos historiográficos, em que sujeitos geográficos postos em condições precárias no espaço têm suas histórias registradas de forma superficial.

A partir da lei das cotas raciais estudantes negros ingressam na universidade pública de forma mais significativa onde encontram uma universidade com base elitista, tendo um corpo discente qual não era acostumada a ter em grande quantidade, gerando uma complexa relação de poder dentro desse espaço como ver-se mais à frente.

A TERRITORIALIZAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE A PARTIR DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Movimentos sociais que lutam contra a desigualdade social tiveram um papel muito importante na implementação da lei 12.711/2012 das cotas à estudantes oriundos de escolas públicas do território brasileiro. Foi no início do século XXI que houve as primeiras reservas em universidades públicas à estudantes negros e indígenas, tendo como reflexo na sociedade discussões, e impulsionando debates principalmente no âmbito acadêmico contra e a favor da política de ações afirmativas. O grupo hegemônico branco representantes da burguesia brasileira, como exemplo podemos citar academia e

mídia³, foram os principais que se posicionaram de forma pública contra a ações afirmativas. (DOS SANTOS, 2010).

O conceito de território é fundamental para expressarmos o nosso olhar geográfico a partir da inclusão de pessoas negras no espaço acadêmico, as mesmas não faziam parte da produção e consumo desse espaço.

Candiotto e Santos, levantam que

[...] o conceito de território é fundamental para aprender a produção e consumo do espaço geográfico, pois se refere às relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e firmas privadas, que por sua vez, apresentam-se como principais atores no processo de transformação do espaço (2015, p. 323).

Segundo Haesbaert (2007) “Território, assim em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (p. 20 e 21). Para Porto-Gonçalves (2017),

[...] Território é o espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há sempre, território e territorialidade por meio de processos sociais de territorialização. Num mesmo território há múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (p. 43).

Para Porto-Gonçalves “[...] diferentes territorialidades e os diferentes sujeitos que as portam e agenciam estão reconfigurando os lugares, o espaço. A tensão que hoje vivemos é a melhor expressão de que a conformação territorial hegemônica já não consegue mais promover abrigo” (ibid. p. 44). Ao se inserir na comunidade acadêmica, o sujeito negro começa a transformar o espaço de hegemonia branca. Não só por estar, como também por pensar o mundo de dentro desse espaço, quando se tem oportunidade. Em outras palavras a partir da política de ações afirmativa o espaço acadêmico está se reestruturando, ocorrendo uma transformação nas instituições públicas por ter pessoas negras territorializando um espaço de poder.

Assim, uma disputa – que não é tão visível, mas nem por isso, secundária – é sobre quem poderá ou não adquirir um dos pré-requisitos para ter a possibilidade de fazer parte das elites dirigentes deste país. Tanto da elite política quanto da tecnoburocrática, visto que há fortes indícios de que a

³ Manifesto na íntegra de acadêmicos, classe artística brasileira etc. contra a lei de cotas raciais a estudantes oriundos de escola pública, disponível em ><https://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/05/14/ult4733u16503.jhtm> < acesso em: novembro, 2019.

maioria avassaladora das elites dirigentes ou que influem nos rumos das políticas públicas e até no destino desta nação forma-se nas universidades públicas (DOS SANTOS, 2010. p. 54).

Santos (2017) enfatiza que “[...] há espaços, lugares, momentos, contextos de interação nas quais, através de comportamentos [...] a presença negra pode ser aceita, blindada e até valorizada, ou por outro lado, tolerada, não aceita, reprimida ou repelida.” (p. 69). Dos Santos realizou a importante análise sobre a política de ações afirmativas em 2010, e apontou que

[...] a implementação do sistema de cotas implica uma luta teórico-racial entre negros intelectuais e alguns renomados intelectuais brancos da área de estudos e pesquisas sobre a compreensão, a explicação e a transformação das relações raciais no Brasil (p. 70).

Porém, foi a partir da lei nº 12.711 em agosto de 2012 que a política de ações afirmativas foi regulamentada a nível federal como conferimos,

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

Estando presente no art. 3º reservas de ações afirmativas para pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (ibid.).

Simões (2018) ressalta a importância da adoção de políticas públicas direcionadas à população discriminada, para que de fato ocorra a inclusão da população historicamente marginalizada na e da sociedade brasileira. Em um sistema onde os mais afetados de toda uma imposição de regras e padrões são pessoas negras, pardas e indígenas, segundo o historiador é de grande importância projetos políticos que visem amenizar as desigualdades:

A desigualdade se manifesta em diferentes níveis. Pode ser uma desigualdade de oportunidades, de renda, de mercado de trabalho, pode ser uma desigualdade num nível simbólico, no caso na sensação de pertencimento ao

local, de se sentir bem no local, de se sentir como igual no país que você está (SIMÕES, 2018, p.6).

Apesar da política de ações afirmativas ter permitido a territorialização de pessoas negras no espaço acadêmico, as territorialidades brancas burguesa têm maior sentimento de pertencimento e poder dentro desse espaço do que as territorialidades negras, isso é notório, em decorrência do espaço acadêmico ser historicamente idealizado para a elite.

Quando observamos o Centro de Humanidades – UFCG, podemos ver na prática a desigualdade das territorialidades. Enquanto nos serviços de limpezas a maioria dos servidores são pessoas negras, nos cargos mais elevados como coordenação de curso, professores, entre outros cargos administrativos da universidade, são ocupados por pessoas brancas. Não é que existe uma lei que determina que alguns cargos serão ocupados por pessoas negras e outros por pessoas brancas, entretanto a nossa construção social e as regras e padrão institucional faz esse espaço expressar essa realidade. Logo os territórios visíveis nesse espaço serão dominados por pessoas brancas, restando apenas os territórios invisíveis às pessoas negras.

Direcionando o olhar a estudantes negros/negras podemos perceber que os territórios que são estruturados no espaço acadêmico são para acolher as territorialidades brancas, restando as margens da universidade para os excluídos. No momento a seguir é possível conhecer a realidade das territorialidades negras que são novas dentro desse espaço de poder que é historicamente branco como já enfatizamos em diversos momentos até aqui.

VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NO CENTRO DE HUMANIDADES – UFCG

Sobre a metodologia da pesquisa que é de cunho qualitativo, houve coleta de dados teóricos, e busca para conhecer as trajetórias de estudantes negros do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande, campus sede. A entrevista oral foi utilizada para entender histórias de vidas, dar voz a compreensões de sujeitos que contribuem para transformação do espaço acadêmico. A síntese dos mapas mentais aparece para tornar possível apresentar a representação da percepção espacial dos/das participantes, analisar e entender os espaços de violência/exclusão e resistência na academia.

O contato com alguns entrevistados se deu de princípio em rodas de conversas, outros foi a base de indicação de pessoas que conheceram os objetivos da presente pesquisa. Após o primeiro contato foi consultada a disponibilidade de cada participante, em que a maioria optou para o diálogo em suas próprias residências por considerarem a UFCG um ambiente tóxico (no sentido de não se sentirem confortáveis por já terem vivenciado momentos complicados em decorrência dos diversos tipos de violência na instituição).

As entrevistas foram realizadas entre setembro a novembro de dois mil e dezenove. O uso do gravador de voz foi a ferramenta utilizada para coletar as informações e posteriormente realizar o tratamento dos dados, como a escuta das entrevistas e a transcrição das mesmas.

No total foram 6 pessoas entrevistadas. Embora de início o esperado fosse entrevistar apenas 5 estudantes do Centro de Humanidades da UFCG, no decorrer da pesquisa conheceu-se a realidade de um caso específico de um estudante da mesma instituição, porém de outra área do conhecimento. Entretanto, todas as pessoas consultadas têm algo em comum: ser autodeclarado negra, ingressado através das cotas e estudante da UFCG

A identificação dos e das entrevistadas se apresentam com nomes de pessoas que representam a luta e resistência antirracista. Entrevistada 1: Marielle Franco⁴, entrevistada 2: Dandara dos Palmares⁵, entrevistada 3: Carolina Maria de Jesus⁶, entrevistado 4: Francisco José de Nascimento⁷, entrevistado 5: João Cândido⁸, Entrevistado 6: Mestre Moa⁹.

A trajetória da violência

As territorialidades negras no ensino superior vivenciam conflitos raciais e de classe, considerando esse ponto, foi realizado um resgate do contexto acadêmico no ensino básico de discentes participantes da presente pesquisa. Acontecimentos violentos no espaço escolar foi presente na vida desses sujeitos, sendo física e simbólica.

O espaço escolar é apresentado na fala de Marielle como um espaço que ela passou por momentos de violência física “[...] por ter sido uma menina negra então sempre apanhava na escola, eu era xingada e não se tinha o apoio da direção nem da coordenação [...]”, como também simbólica “[...]na minha época a gente ainda aprendia que a princesa Isabel salvou o Brasil, salvou os negros, era sempre uma referência branca [...]”. Muitas agressões racistas iam além da violência física “[...] se alguém falasse do meu cabelo não era reconhecido como um racismo por conta que os agressores alguns eram negros, mas não se reconhecem [...]” percebe-se a naturalização que a normalização do racismo permite.

É no olhar estrutural do racismo que nos ajuda a compreender a trágica a persistência da reprodução constante desse ato em nosso cotidiano que violenta e exclui sujeitos negros, e é legitimado pelo Estado quando nega sua existência em nossa sociedade. Há uma importante contribuição de Silva Almeida que embasa essa reflexão

⁴ Política e socióloga brasileira, símbolo da luta antirracista e antimachista entre outras causas, assassinada em 2018 por milicianos neonazifascistas.

⁵ No período escravocrata lutou contra o sistema escravagista.

⁶ Brasileira que na escrita registrou a realidade de ser mulher, negra e periférica.

⁷ Também conhecido como Dragão do Mar, foi um líder jangadeiro do Movimento Abolicionista no Ceará.

⁸ Conhecido popularmente como Almirante Negro, foi líder da revolta da chibata.

⁹ Mestre capoeirista baiano, foi assassinado pelo neofascismo brasileiro em 2018.

[...] as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente – com todos os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ibid. p. 36).

Dandara relata que o espaço de ensino privado era muito mais violento do que o público por ser uma das poucas pessoas negras [...]na escola particular, primeiro que eu era a única negra... e sofri muito bullying [...] quando estudei meu ensino médio em escola pública era um ambiente já muito mais tranquilo, não sofri tanto racismo[...], Nesse contexto, aponta que o racismo institucional é estrutural no ensino, fazendo tanto de Dandara quanto outros sujeitos negros terem marcados em suas trajetórias na educação a violência da perversa estrutura social, trazendo uma reflexão que o sistema impede negros e negras de terem acesso até no ensino privado quando se pode pagar, sendo importante ressaltar que o ensino público se demonstra muito mais democrático e acessível às pessoas negras, apesar das contradições.

O que todos têm em comum são os relatos da falta de apoio pedagógico para tratar o racismo dentro do espaço escola. Talvez, se o pensamento sobre a questão racial fosse crítico e presente no ambiente escolar, a fala racista da diretora da escola de João Cândido fosse apenas caso isolado [...] na escola que estudei todos tinham que cortar o cabelo, cada menino e as menina tinham que andar de cabelo preso, minha prima com cabelo liso pediu para diretora autorização para soltar o cabelo, mas recebeu a resposta de que não podia porque outras garotas de cabelos sujo e fedidos iam também querer soltar. A diretora estava se referindo a cabelos crespos e cacheados”.

Pode-se verificar que dentro do espaço escolar no ensino básico situações de violência aos estudantes negros já era uma realidade, não sendo algo exclusivo do ensino superior.

AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO

Pode-se refletir o choque de realidade dos estudantes ao entrar na universidade o que Goettert e Mondardo (2010), definem como a transterritorialidade, pois “[...] transterritorialidade é uma situação/condição de ‘mal-estar’ porque, em movimentos de internalização/externalização, os sujeitos (em sentido amplo) marcam e são marcados por processos de identificação/diferenciação quase permanentes.” (p.118).

Na prática João Cândido realiza uma observação:

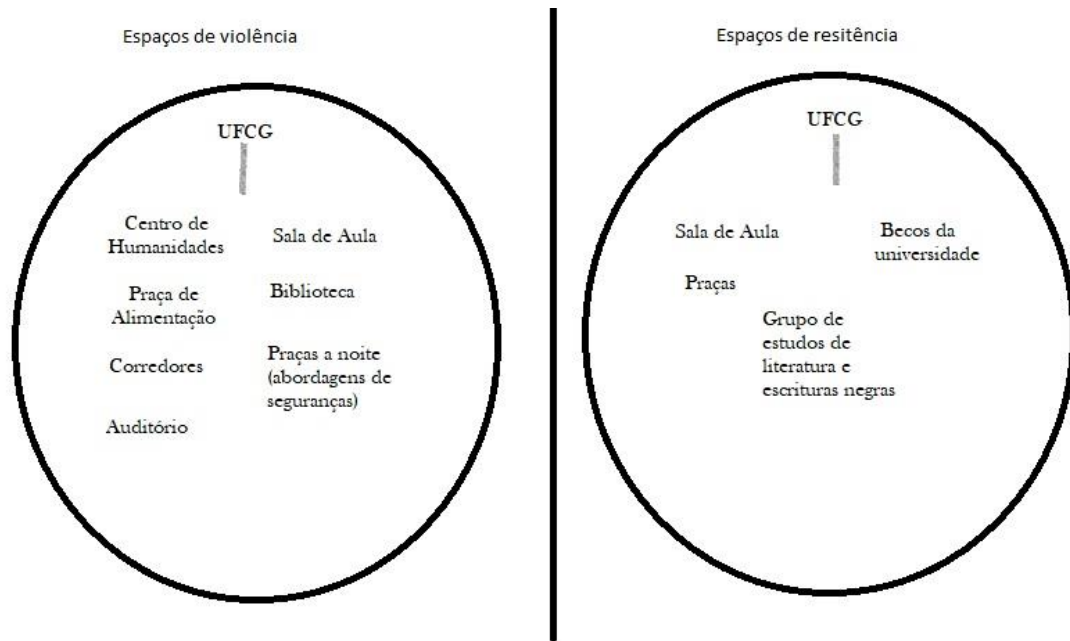
[...]Você vê a diferença dos seus colegas de aula, porque você percebe que, se é branco e é 'riquinho' você vê que ele não tem tantos problemas, você vai ver entregando os trabalhos sempre na hora certa, tendo humor melhor durante as aulas. Isso é só um preparo que ela teve, ela está ocupando um lugar que meio que sempre foi dela. Ela não tá chegando no lugar estranho para ela, estranho que eu falo historicamente mesmo, isso é o importante de você olhar (João Cândido).

Almeida (2018) enfatiza que “[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagem ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertença” (p.35). Na dinâmica do espaço de aula, mesmo que o sujeito subalternizado esteja nesse mesmo espaço que o sujeito privilegiado da sociedade está, apenas este último tem acesso aos vários meios de divulgação do conhecimento, tendo vantagem, para o cumprimento dos prazos levando-o ao bom humor, ao bem-estar, nesse ambiente de bom humor e bem-estar branco cristão e com essência burguesa.

[...] Tem professor da universidade que obviamente não entende o que é você estar dentro de uma realidade social diferente das dos demais estudantes e cobrar de você o mesmo que se cobra a alunos que tem carro, que tem dinheiro para estar almoçando. Eu interpreto isso como racismo porque a gente sabe quem são as pessoas que estão diretamente sendo prejudicadas (Marielle Franco).

No meio desse ambiente de desconforto há também uma forte relação dos sujeitos marginalizados pela própria UFCG que cruzam entre si suas territorialidades. São espaços de refúgio que fortalecem e reconhecem os motivos das violências e exclusões que a universidade os faz sentir no cotidiano acadêmico. Uma visão crítica sobre o espaço acadêmico se torna fundamental para compreender o contexto social que se encontram, garantindo a possível permanência destes sujeitos no espaço acadêmico elitista “[...] Depois que eu vim pra cá, a conviver com outras pessoas que sabem que são negras comecei a identificar na minha vida toda sofri racismo, não se tinha essa consciência onde eu morava, nem por mim nem com as pessoas que eu convivia” (Marielle Franco).

Referenciando a realidade: uma UFCG com territórios de violência/exclusão e resistência



Síntese dos mapas mentais elaborados por participantes da pesquisa

Marielle apresenta a sala de aula como um espaço em que o professor é a principal figura que violenta e exclui as pessoas “diferentes”, ao mesmo tempo relata que é através da violência e exclusão que se constrói a resistência junta a outras pessoas que vivenciam um cotidiano semelhantes ao dela:

[...] as primeiras pessoas com quem tive aproximação foram pessoas que tinham cotidiano muito parecido com o meu, em questões sociais e políticas e tal, pessoas negras e LGBTQ+, são pessoas que dentro da sala de aula são as mais excluídas, porque elas não têm esse espaço e a gente construiu fora da sala de aula um espaço de comunicação (Marielle Franco).

A entrevistada é do curso de arte e mídia. É no espaço de aula que o sentimento de pertencimento passa distante dela, principalmente pelos conteúdos apresentados que são distantes de uma mulher negra “[...] onde tem as aulas de arte e mídia apesar de eu sentir a arte ali, mas é uma arte muito elitista, é uma arte branca”. Segundo ela foi na sala de aula que ocorreu um episódio que se fixou em sua memória:

Já teve professor que falou “uma pessoa de cor andando perto da minha amiga e assaltou ela, se ela tivesse respeitado o instinto...” e eu me perguntando que instinto? Você fica triste porque ela tem que fugir de todo negro?! Por que a pessoa é de cor? E por que uma pessoa de cor? Por que ele teve que citar isso?

A violência exclui a estudante do espaço de aula, que procura territorializar um espaço mais afastado, sendo os becos da universidade esse espaço que é invisível: “a gente frequenta os becos da universidade que são outros espaços de exclusão e são espaços de exclusão porque esses corpos marginalizados frequentam esses espaços, a praça do BC, que também é um espaço que já é

frequentado por pessoas que são marginalizadas”, Almeida (2018), diz que “[...] as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre às quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento, etc.” (p. 37).

Embora exista um espaço de elos como os becos, não é um espaço imune da opressão “[...]me sinto colocada realmente como marginal de tipo de você estar conversando com seus amigos em um beco e chega um guarda de repente, perguntando o que você está fazendo, como se só por você estar ali você já está fazendo alguma coisa errada...”.

Carolina do curso de administração identifica o bloco onde tem aula como um espaço que a deixa mal pelos olhares de estranheza direcionados a ela “Todas as vezes que eu chego em sala fico me sentindo excluída, esse momento me dá sentimento de não pertencimento. A maioria cristãos, e minha religião é o candomblé”, mas não é apenas dentro da sala que a leva a ter um sentimento de não pertencimento “[...]O espaço que não gosto de frequentar é a praça de alimentos porque só quem senta ali é quem tem dinheiro por as coisas ser bastante caras, e mesmo quando compro não fico lá”.

Carolina ressalta “[...] Muitos espaços dentro da UFCG acabam que não sendo espaços para mim, então procuro sempre me isolar para ficar mais à vontade”. Sendo uma realidade também para Marielle como apresentamos acima.

João Cândido cursa história, e referência como os espaços de violência o Centro de Humanidades e salas de aula “Sinto desconforto todos os dias na sala de aula, talvez porque não é discutido coisas da minha realidade”, como também “guardinhas da alerta”.

O fundo da sala de aula é o lugar que José do Nascimento que cursa geografia senta por ele se sentir oprimido quando muito visível sentando “na frente”, como também excluído pelos assuntos tratados dentro da sala não condizer com sua realidade.

Para além do Centro de Humanidades

Mestre Moa é um estudante negro da área de exatas, hoje cursa meteorologia, mas já passou por engenharia de alimentos e elétrica. Ao perguntar sobre tantas mudanças o entrevistado falou que não se sentia pertencido aos cursos, não pelos conteúdos, mas por já ter passado por algumas situações de racismo vindo de alunos, e que ao sair de elétrica pôde confirmar: “[...] quando você entra na universidade e é negro tem que lidar como aconteceu comigo de pessoas do curso de elétrica que agradeceram por eu ter saído do curso, houve uma comemoração em um grupo de uma rede social”.

MAPA: MESTRE



A sala de aula aparece no relato do estudante de meteorologia como um espaço completamente desconfortável, que segundo ele já passou por uma situação bem difícil dentro do atual curso: “uma professora disse para uma amiga minha que se eu cortasse o cabelo eu ficaria bonito, porque o meu cabelo grande me deixa feio”.

Mesmo estudando na área de exatas Mestre Moa busca frequentar outros espaços que não seja visto como estranho. “Costumo frequentar os espaços onde ficam os cursos de humanas, e nesse espaço não me sinto diferente, estranho... como me sinto quando estou onde tenho aulas”.

Os becos para Moa é um espaço confortável, assim como a praça do BC, e esses espaços citados por ele são espaços que as histórias de todas/todos estudantes se cruzam e resistem a uma universidade em que o racismo não é presente somente no Centro de Humanidades, mas em toda sua estrutura física e simbólica.

Toda essa violência e resistência ocorre dentro da instituição que ocupa o segundo lugar em registros de patentes de invenção depositados, segundo aponta o ranking publicado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, em 2018¹⁰.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Verifica-se que a violência e exclusão é presente na vida desses discentes, e vai além do espaço materializado, apresentando-se de forma simbólica, e mesmo quando há resistência, como

¹⁰Ranking

http://cct.ufcg.edu.br/wpcontent/uploads/2019/11/INPI_Ranking_MaioresDepositantes_Nacionais_2018.pdf

apresentado pelos relatos das/dos entrevistados, a segurança da instituição que deveria ser para os proteger, os oprime nesses espaços de refúgio como becos e praças.

Ao visibilizar que ocorre a reprodução do racismo na UFCG gerando exclusão e violência, tenta-se aqui uma contribuição para que a comunidade acadêmica construa estratégias para que essa realidade mude e este seja um espaço de fato democrático e universal, onde as territorialidades negras não sejam violentadas e excluídas, como conferido nos relatos de estudantes que contribuíram para a construção desse material.

O estudo possibilitou a compreensão de que as identidades negras dentro desse espaço são de certa forma negadas principalmente quando o espaço de aula é o principal ambiente onde ocorre negligência pela identidade e classe dos discentes. Enquanto não se avista cultos religiosos de matriz africana ou dos povos originários do território brasileiro dentro da UFCG, é comum avistar cultos de celebração cristã em algumas localidades da universidade.

O uso da história oral possibilitou dar voz as/os estudantes que resistem na instituição. A síntese dos mapas mentais permite conhecer de forma referenciada os espaços de violência, de exclusão e resistência. No entanto, em decorrência da burocracia da instituição os dados estatísticos de quantos estudantes ingressos pelo sistema de cotas entraram ou se tornaram apenas estatísticas da evasão do espaço universitário, como também a quantidade de professores/as negras/os, nos limitou para ter a dimensão mais precisa o quanto o racismo estrutural é presente na UFCG.

Sob a hipótese de que há muitos mais espaços de violência, exclusão e resistência para além do Centro de Humanidades como conhecemos um caso no final do texto, abrem-se caminhos para que se investigue outros espaços dentro e fora desta instituição aqui pesquisada.

REFEÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Silva. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018

ALVES, Virginia de Lourdes Gomes. **As territorialidades gays do “armário” escolar:** mapeando mentalmente nosso “daltonismo” cultural. Trabalho de conclusão de curso (graduação) curso de Geografia. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

BANTON, Michel. "Raça" - Como Classificação. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulamentação da imigração dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil** - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 16 de out. de 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 149(169).

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SANTOS, Roseli Alves. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (ORGS.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Consequência editora, 2015. Cap. 15. p. 315-338.

CASHMORE, ELLIS. "Raça" - Como Significante. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000.

_____. Apartheid. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E.(org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**, p. 50-62, 2005.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. O Branqueamento do território como dispositivo colonialidade do poder: notas sobre o contexto brasileiro. In: CRUZ, Valter Carmo; Oliveira, Denilson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro, Latino Capital, 2017. Cap. 2. p. 117-130

CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter Carmo; Oliveira, Denilson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro, Latino Capital, 2017. Cap. 1. p. 15-36.

DOS SANTOS, Sales Augusto. Universidades públicas, sistema de cotas para os estudantes negros e disputas acadêmico-políticas no Bbrasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, n. 33, p. 49-73, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (ORGS.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Consequência editora, 2015. In: Cap. 9. p. 195-214.

GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. O "Brasil migrante": Gentes, lugares e transterritorialidades. **GEOgraphia**, v. 11, n. 21, p. 101-136, 2010.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. **Geografia: conceitos e temas**, v. 2, p. 165-205, 1995.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano. IX nº 17, 2007. p. 19-44

KERSTEIN, Robert. Ação afirmativa. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARTINS, Elvino Rodrigues. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 21, p. 33-51, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74047>> acesso em set. 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa; tradução de Marta Lança. Editora Antígona, 1. Edição, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade**, v. 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação. In: _____. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Mariza Corrêa. – São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer).

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar?. Medium, 2015. Disponível em <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>> Acessado em 20 de set. 2019.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. Colonialidade, biopolítica e racismo: uma análise das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: CRUZ, Valter Carmo; Oliveira, Denilson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro, Latino Capital, 2017. Cap. 2. p. 77-116.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de territórios – Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, Valter Carmo; Oliveira, Denilson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro, Latino Capital, 2017. Cap. 1. p. 37-54.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**, p. 43-66, 2005.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Renato Emerson. O movimento negro e sua luta antirracista: por uma perspectiva descolonial. In: CRUZ, Valter Carmo; Oliveira, Denilson Araújo (org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro, Latino Capital, 2017. Cap. 2. p. 57-75

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 99-133, 1993.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 19, p. 81-91, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>> acesso em set. 2019.

SIMÕES, André. Desigualdade, um desafio histórico. Entrevista concedida à Marília Loschi. **Revista Retratos**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 6-7, maio, 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf> acesso em agosto de 2019.

VAN DEN BERGHE, Pierre L. Brasil. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000.

_____. Escravidão. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo, Brasil: Selo Negro, 2000.